

“Novos cabanos”: o recente processo de ressurgimento e ressignificação de identidade no Baixo Tapajós

Wilverson Rodrigo Silva de Melo (UFPE)

1. Um breve retrospecto histórico da Cabanagem no Baixo Amazonas

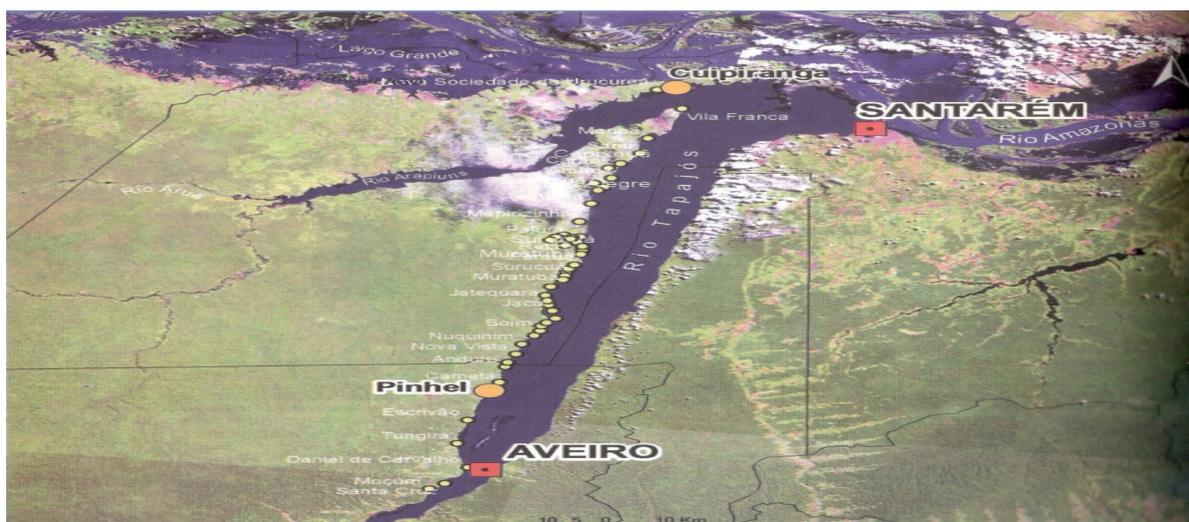
Segundo, Caio Prado Junior (1933, p.137-138), a cabanagem foi “um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. [...] a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder”. Muito, além disso, o antropólogo inglês David Cleary *apud* Lima (2008, p. 294), destacou no ano de 1998, que a cabanagem deve ser pensada como uma das maiores e mais abrangentes revoluções políticas de todo o Novo Mundo.

Instaurada a Cabanagem na capital do Grão-Pará, as autoridades do Baixo Amazonas decidem por criarem uma liga defensiva que seria comandada por Santarém¹ e Óbidos², na perspectiva de autodefesa mediante os revoltosos. Entretanto, devido “as frequentes incursões e estratégias guerrilheiras, as vilas, freguesias e cidades do Baixo Amazonas passaram a serem tomadas pelos cabanos que organizaram-se rapidamente no controle das respectivas localidades”, conforme afirma REIS (1979, p.114).

A via de fato, segundo Barriga (2007, p. 42), a Cabanagem começa a ter êxito no Baixo Amazonas em 1836, quando, com muita dificuldade, os cabanos que advinham de Cuipiranga³ conseguem tomar Santarém forçando a Câmara da então Vila, a aderir ao movimento cabano, em 9 de março de 1836, desarticulando assim a liga defensiva do Baixo Amazonas, passando Óbidos a comandar a união desses municípios.

O reduto cabano de Cuipiranga nas proximidades a Santarém continuou de pé, mesmo após a queda definitiva de Belém (13.05.1836), e se tornou o centro do movimento rebelde e a fortaleza mais bem sucedida no interior da Amazônia.

Um comandante das forças imperiais escreveu que o acampamento era o “berço de toda a anarquia” e o lugar onde os cabanos tinham “suas últimas esperanças de salvação” – noção também compartilhada por Domingos Antônio Raiol (1970). O padre Antônio Sanches de Brito, um dos líderes anticabanos, escreveu que lá era “o lugar para onde todos os demônios iam” (HARRIS, 2010). Era imperioso mesmo destruir aquele foco de “últimas esperanças de salvação” para as “classes infames” da Amazônia nos anos 1830 (FREITAS, 2005).



Mapa dos Pontos de Resistência Cabana no Baixo Tapajós

Fonte: Caderno especial “Jornal Gazeta de Santarém”

Ano: 2009

Segundo Melo (2011, p. 109), durante os anos finais da Cabanagem, Cuipiranga resistiu fidedignamente, porém, com os avanços tecnológicos da marinha britânica que auxiliava as tropas brasileiras, fora possível desarticular e trucidar os cabanos do Baixo Amazonas, sendo que muitos foram levados presos para Belém (dos quais não se obteve mais notícias, nem tão pouco retornaram ao reduto); alguns poucos conseguiram fugir para Lúzea – atual cidade de Maués no Estado do Amazonas – e por outras regiões da Amazônia

Legal, na perspectiva de reorganizar o movimento para tomar novamente o poder – o que nunca ocorreu. Certo é que muito sangue fora derramado e muitos tiveram como túmulos o próprio rio e valas comuns.

Quanto ao uso do termo “cabano”, segundo Gonzaga Duque (1898), seria uma expressão corriqueira entre a elite imperial brasileira em meados de 1830: as diversas revoltas de homens de cor em diversas regiões do Brasil eram classificadas como “cabanadas”, de modo pejorativo, devido a formação de seus exércitos serem compostos de caboclos, índios, mestiços e negros do interior das províncias, tais como a Cabanagem no Grão-Pará e a Cabanada ou Revolta das panelas em Pernambuco e Alagoas.

O uso da expressão teria chegado aos revoltosos do Grão-Pará através de tropas legalistas que foram transladadas de Pernambuco para a Província do Norte. Segundo Lima (2008), o termo “cabano” foi introduzido pelo Marechal Francisco José de Souza Soares d’Andréa, que por não encontrar na lei formas de condenar os rebeldes, criou o chamado *crime geral de cabano*, passando a unificar todos que indistintamente eram rebeldes, turbulentos, ladrões... “Uma estratégia ideológica de homogeneizar os diferentes sujeitos a quem o governo reprimia no Grão-Pará” (PINHEIRO1998).

Quanto aos revoltosos, a priori ninguém queria ser intitulado “cabano”, preferiam ser chamados de “patríssios” e/ou “valentes paraenses” como afirma o Sr. Cláudio José (entrevista concedida em jan. 2011). Entretanto, no decorrer do processo da Cabanagem (1835-40), os revoltosos adotaram o termo negativo daqueles que os combatiam como algoz na guerra, no entanto, fizeram isto mediante um processo de *ressignificação*.

2. O processo de ressurgimento e ressignificação de identidade protagonizado recentemente no Baixo Tapajós

2.1. As pesquisas sobre a Cabanagem no interior (Baixo Amazonas) da antiga província do Grão-Pará

Essas novas perspectivas historiográficas sobre a importância e magnitude da Guerra da Cabanagem no interior do Grão-Pará, especificamente no Baixo Amazonas, tem ganhado uma conotação simbólica, uma rejeição política e até mesmo uma apropriação identitária paradoxal por uma pequena parte da população do Baixo Tapajós e pela elite política paraense.

Desde 2010 iniciou-se uma busca por registrar a memória da cabanagem do Baixo Amazonas, através de uma pequena expedição que tinha como foco perpassar por algumas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas e coletar as “estórias” e memórias que seus moradores tinham (advindas da transmissibilidade de seus ascendentes) a respeito da Guerra da cabanagem. Nos anos seguintes, 2011, 2012 e 2013, especificamente na primeira semana do mês de janeiro, tem se realizado progressivamente os Encontros da Memória da Cabanagem⁴ na comunidade de Cuipiranga no município de Santarém.

Muito além de registrar estórias e memórias sobre a Guerra da Cabanagem, estes encontros têm propiciado um relevante debate e discussões acerca dos percalços históricos deste acontecimento, assim como uma reflexão sobre a produção historiográfica e antropológica que se tem realizado sobre este tema que cada vez mais apresentasse escorregadio e movediço.

Para, além disso, os debates também ganham conotações do tempo presente, conotações contemporâneas sobre, o que é ser “cabano” na atualidade?

Para muitos “cuipiranguenses” como Seu Cláudio José, “as aspirações dos cabanos do século XIX, não se diferenciavam em nada das lutas atuais dos amazônidas. Para ele, a população amazônida sempre viveu na interface do abandono, do descaso” e do imperialismo nacional e estrangeiro ditado por princípios liberais econômicos, quiçá de um autoritarismo protagonizado pelo governo brasileiro mascarado por uma pseudodemocracia, por não

consultarem, nem tampouco respeitarem os desejos e vontades dos nativos da Amazônia sobre os usos de sua floresta, solos e rios.



Seu Cláudio José (coruja)

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2013

As muitas bandeiras de protesto e de lutas que se levantam no Baixo Amazonas, em especial no Baixo Tapajós têm sido contra os projetos minerais, contra os projetos de hidrelétricas no curso dos rios (a exemplo de Belo Monte no Alto Tapajós); e a favor de uma política mais ampla de demarcação de terras indígenas e assentamentos dos remanescentes quilombolas, assim como um incentivo à produção econômica pautada na preservação e sustentabilidade dos recursos naturais da Amazônia conferindo-lhes certa autonomia.

Este teor de aspirações e militâncias sociais, tem se encontrado com o influxo das pesquisas e produções historiográficas sobre a história social da Amazônia, em especial as atenções que tem sido dada a Revolução-revolta da Cabanagem.

As muitas histórias, memórias e correlatos que os povos tradicionais dessa região compartilham mediante suas narrações, misturam elementos simbólicos do imaginário amazônica com o período da borracha, e oscilam com os acontecimentos pertinentes ao período da cabanagem. Muitas lendas, muitos contos, muitos saberes são provenientes das estórias que ouviram de

seus antepassados sobre o período da cabanagem e que desde um passado próximo, estes tem procurado transmitir certa “memória” familiar por também acreditarem que ela é responsável pela etnogênese desses indivíduos, que durante muito tempo tiveram sua história marginalizada e sua identidade solapada.

Durante muito tempo, recobriu pela Amazônia uma penumbra, uma cortina de silêncio em relação a cabanos e cabanagem, ser chamado de cabano ou descendente de cabano, era visto como uma ofensa, algo pejorativo, marginal. Neste contexto, o próprio amazônida (aqui faço um recorte para os nativos do Baixo Tapajós) desenvolveram certa resistência silenciosa, uma pseudoalienação. Passaram a exprimir uma aparência de bestializados - como diria José Murilo de Carvalho -, de matutos, para assim serem esquecidos ou menosprezados por aqueles que os combatiam como algoz temendo novamente um levante de insurreição.

Tal estratégia ideológica muito contribuiu para a transmissibilidade da história as gerações futuras sob a ótica dos “vencidos”, assim como propiciou um silencioso sincretismo cultural e adoção de simbologias pela população paraense como um todo, a saber: costume de colocar vasos de plantas (geralmente a planta conhecida popularmente como “Comigo ninguém pode”) na frente das casas na ânsia de atrair proteção; e expressões populares como “Fulano pode ser do sítio e pode ter cara de matuto, mas não é besta não”.

Essas simbologias têm certos significados muito peculiares, a questão da “planta comigo ninguém pode” advém da crença indígena de que esta planta se transformava a noite em uma grande serpente que defendia a casa como se fosse um “cão de guarda”. A questão da expressão (“... pode ter cara de matuto, mas não é besta não”) muito corriqueira na região é fruto justamente daquilo que aqui denomino como resistência silenciosa. Foi necessário o amazônida tomar esta postura para não digladiar-se fisicamente com as tropas do governo brasileiro e assim conseguir sobreviver e manter de certa forma sua

história e memória guardada e conseqüentemente expandirem-na silenciosamente pela cultura da “elite” paraense.

2.2. O Processo de Emancipação Política dos Projetos dos Estados Tapajós e Carajás e sua relação com a ressignificação identitária “novos cabanos”

Outro forte acontecimento que tem contribuído para a ampliação desta auto identificação “novos cabanos” por uma parcela significativa da população paraense é o processo de emancipação política dos Projetos do Estado do Tapajós (desmembramento da região do Oeste do Pará) e do Estado do Carajás (desmembramento da região Sul do Pará). A dimensão continental, o déficit administrativo do governo estadual em atender as disparidades sociais das localidades mais longínquas, a má distribuição de recursos entre as regiões do Estado do Pará e a superconcentração de investimentos na área metropolitana da capital do Estado, tem sido prerrogativas para a efetivação de emancipação política do Tapajós e Carajás (neste trabalho, procurarei me prender apenas nas discussões entorno do Projeto Estado do Tapajós).

Neste recente processo que a região do Oeste paraense vivenciou indo as urnas para decidir pela criação ou não do Estado do Tapajós, os contrários a criação do novo Estado (eleitores da região Nordeste do Estado do Pará, em especial da área metropolitana de Belém) realizaram uma comparação com os cabanos de meados do século XIX. Esta adoção do uso do termo tem outro significado diferente daquele visto anteriormente pela comunidade de Cuiquiranga. Para os contrários a criação do Estado do Tapajós, os alimentadores e incentivadores da “separação” do Estado são comparáveis aos cabanos do século XIX por quererem “acabar com tudo, serem espíritos anarquistas que ameaçam a unidade territorial e econômica do Estado do Pará”.

Penso que devemos atentar para os mecanismos de simbolismos ideológicos que aqui encontram-se amalgamados nestes discursos. A cabanagem que até a década de 80 do século passado era vista com desconfiança pelos dirigentes políticos do Pará e do Brasil sofreu um processo de ressignificação que convencionou-se numa apropriação política. O cabano outrora visto como algoz, bandido, besta-fera, passou a ser cultuado e idealizado como herói, como valente guerreiro, símbolo de uma libertação colonialista do jugo da elite lusa no Pará.

Estes mesmos significados, esta apropriação da memória e dos feitos cabanos em benefício político que vinha sendo cultuado desde a década de 90 do século passado, sucumbiu diante do processo de criação de novos Estados - retomou-se e se rememorou os mesmos significados pejorativos que o uso do termo tinha no século XIX, alcunhando os emancipacionistas/separatistas de “cabanos, traidores do berço paraense”.

Se por ora, os contrários a criação dos novos Estados recuperaram o sentido e significado do termo cabano do século XIX para alcunhar os emancipacionistas do século XXI, a população da região do Oeste Paraense ressignificou este termo e passou a adotá-lo de maneira veemente.

O resultado nas urnas do Plebiscito ocorrido em 2011 foi favorável à permanência da estrutura geográfica do Estado do Pará e a não criação dos Estados do Tapajós e Carajás. Todavia, é salutar destacar que 2/3 dos eleitores do Estado concentram-se na região metropolitana que de forma quase que uníssona era contrária a emancipação destas regiões, por outro lado, nas regiões interessadas em desmembrar-se, o percentual de positividade nas urnas foi quase que unânime, tanto Carajás quanto Tapajós atingiram um percentual de mais de 98% de aprovação a criação dos novos Estados. Será que esta população está satisfeita? Será que não devem ser ouvidas suas aspirações?

Tanto na perspectiva sócia histórica advinda da experiência de pesquisas no Baixo Tapajós, como na experiência plebiscitária vivida pela região do

Oeste paraense como um todo, emergiu e adotou-se o termo “novos cabanos”. Para os habitantes da região Oeste do Pará, muito antes de serem denominados brasileiros estes se autodenominam “Tapajônicos/ Tapajoaras”, rechaçam o adjetivo-pátrio “paraense” e buscam estabelecer a realidade de sua sonhada identidade pela adoção das características físicas e estratégicas dos cabanos de meados do século XIX. Para eles ser “novos cabanos”, significa lutar, desafiar os poderosos e a elite política, na busca de seus direitos e melhorias de vida contra as condições de subalternidade e colonialismo em que vivem em pleno século XXI.

Considerações Finais

As “(des) mistificações” sobre a Cabanagem giram em torno do descortinar de acontecimentos, mitos e fatos históricos vindouros de uma carga cultural hereditária.

Os mitos nacionais não são um reflexo das condições em que vive a grande maioria do povo, mas o produto de operações de seleção e transposição de fatos e traços escolhidos conforme os projetos de legitimação política, como assevera Bartra apud CANCLINI (2006, p.190).

Entretanto, devemos ter em mente a forma – astuta e sagaz- pela qual esses mitos, essas culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade, como afirma Hall (2006, p.65). Estas discussões com respeito ao uso do “termo cabano” e aos significados dados aos simbolismos adotados por estes, giram intrinsecamente sobre a noção de identidade, como infere Elíade(1998).

Isto significa dizer que na linguagem corrente ou política, a identidade serviria para exprimir o que para si próprio ou para os outros é reivindicado como imutável(HASSENTEUFEL 1991, p. 6-25). Aquilo que Geertz (1973, p. 245, 89) “define como um sistema ordenado de significados e símbolos, em

cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revelam seus achados e fazem seus julgamentos”; um padrão de significados, transmitidos historicamente, “incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se, desenvolvem seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela”.

Para os amazônidas do Baixo Tapajós, assim como a grande maioria da população do Oeste paraense, a apropriação do uso do termo “cabano” consiste numa ação de rememoração dos feitos históricos de seus antepassados evocados para legitimar suas ações e lutas do presente. Conforme assevera Thomson (1997, p.57).

Este recente processo de ressurgimento e ressignificação de identidade no Baixo Tapajós a partir da positivação do uso do termo “cabano” convencionou-se como um processo cultural de apropriação e reconhecimento identitária frente às constantes lutas que o amazônida enfrenta contra o avanço das políticas neoliberais governamentais que põem em xeque a alteração do espaço geográfico amazônico e com isso também o abalo da cultura, saberes e imaginário amazônico. De igual modo faz jus a rememoração de que a bravura, a luta, a coragem na busca de melhorias de vida são atributos capazes de enfrentar a ditadura do silêncio (que permeou durante dois séculos a região) e a pseudodemocracia oferecida pelo governo republicano brasileiro na atualidade.

Assim, o sentido de ser cabano ontem (século XIX) e ser cabano hoje ganham o mesmo simbolismo e conotação. Dessa forma, penso que se a significância de “ser cabano ou novo-cabano” é lutar e ter virtude impávida, não só a população do oeste paraense deveria ser considerada como “novos-cabanos”, mas sim todos os brasileiros – que a tempo e fora de tempo durante toda a história desta nação, se mobilizou e se revoltou contra as arbitrariedades de seus governantes durante o período colonial, imperial e republicano.

- ¹Principal cidade da região Oeste do Pará, desde o século XVII ocupa o lugar estratégico de interposto comercial entre a cidade de Belém e Manaus. Devido sua importância histórica de mais de 350 anos como cidade pólo, é cotada desde o século XIX para ser a capital do sonhado Estado do Tapajós.
- ²Cidade paraense que mais conserva ricas características arquitetônicas portuguesas, está localizada na parte mais estreita e mais profunda do Rio Amazonas. Desde sua fundação disputa com a cidade de Santarém o posto de principal cidade do Baixo Amazonas.
- ³Cuipiranga é uma comunidade da cidade de Santarém que fica a 3 horas de distância (percorridos a barco) do centro urbano da cidade. Em meados do século XIX esta comunidade foi o maior reduto de resistência das tropas cabanas no interior da província do Grão-Pará (me atrevo a dizer de todo o Grão-Pará). Segundo o dicionário de Tupi-guarani de Silveira Bueno, professor lingüista da USP, Ecuipiranga ou Cuipiranga significa “areia vermelha”; Cuí: ária; Piranga: Vermelho – que comunitários afirmam ser por conta da enorme quantidade de sangue derramado na areia da comunidade na época da Cabanagem.
- ⁴Desde 2011 se tem promovido eventos de discussão sobre o tema da cabanagem, os quais reúnem acadêmicos, historiadores, antropólogos, jornalistas, sindicatos, entidades sociais não-governamentais e comunitários de muitos lugares do Baixo Tapajós na comunidade de Cuipiranga na cidade de Santarém-Pará. O Encontro da Memória da Cabanagem que teve sua 3ª edição neste ano de 2013 é organizado pelo antropólogo Florêncio Vaz e pelo historiador Wilverson Melo e acontecem na 1ª semana do mês de janeiro em memória ao “7 de janeiro de 1835”, data que marca a tomada e invasão da cidade de Belém (capital do Grão-Pará) pelas milícias cabanas.

Referências Bibliográficas

APEP. CÓDICE 888; DOCUMENTO 109. Santarém 04 de Agosto de 1834.

Correspondência de Manoel de Azevedo Coutinho ao Presidente da Província do Pará – sem nomenclatura.

BARBOSA, Aline Patrícia da Silva. et. al. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. Canoas: Ulbra, 2006. 98 p.

BARRIGA, Letícia Pereira. **Ecuipiranga: o berço revolucionário no Baixo Amazonas (1835-1837)**, 2007, 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani– Português. 5 ed. São Paulo: Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda, 1987.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. Tradução Heloísa PezzaCintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 385 p.

DISCURSO COM QUE O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARÁ, FEZ A ABERTURA DA 1ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, EM 2 DE MARÇO DE 1838. Impresso na Tipografia Restaurada de Santos, e Santos menor, Rua d' Alfama, número 39.

DUQUE, Gonzaga. “Os Cabanos do Pará”. In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos).** Rio de Janeiro: Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, 1898, p. 155-168.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. Lisboa, Livros do Brasil (col. Vida e cultura), 1998.

FREITAS, Décio. A Miserável Revolução das Classes Infames. Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2005.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. Tomaz T. da Silva, Guacira L. Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 102 p.

HARRIS, Mark. Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture in the Brazilian Amazon 1798-1840. v.95 de Cambridge Latin American Studies. Londres: Cambridge University Press, 2010, 331 p.

HASSENTEUFEL, Patrick. “Pratiques representatives et construction identitaire”. Revue Française de Science Politique, 1991, v. 41, nº1, p. 6-25.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, 310 p.

LIMA, Leandro Mahalem de. Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835, 2008, 300f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). USP, São Paulo, 2008.

MAGALHÃES, Basílio. "A Cabanagem". In: Estudos de História do Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, p. 129-142.

MELO, Wilverson R. S. de. A Cabanagem em Santarém (1836-1840): um novo olhar historiográfico. In: VII Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e XI Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA, 2011, Pesquisa e Tecnologia (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 9-11 de Novembro de 2011. p. 107-111(CD-ROM).

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem, 1998. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. 421-438

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira. Empresa gráfica 'Revista dos Tribunais', São Paulo.1933, p. 137-138.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos: ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3v.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Santarém: seu desenvolvimento histórico. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Gov. do Estado do Pará, 1979, p. 113-117.

ROSÁRIO DE LIMA, Ana Renata. Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará-PA. Secult, Belém. Versão reduzida de DM.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: Projeto História15, Ética e História Oral. São Paulo: PUC/SP, nov/1997, p.57.